

**VII** – doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

**VIII** – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

**§1º.** A dotação orçamentária prevista para o Fundo Municipal de Assistência Social será automaticamente transferida à sua conta, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

**§2º.** Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

**§3º.** As contas receptoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

**Art. 92.** O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

**Parágrafo único.** O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Art. 93.** Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS serão aplicados em:

**I** – financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ou por Órgão conveniado;

**II** – em parcerias entre poder público e entidades de Assistência Social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais específicos;

**III** – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

**IV** – construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

**V** – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

**VI** – pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

**VII** – pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

**VIII** – desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

**§1º.** A realização de parcerias entre poder público e entidades de Assistência Social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais, nos termos do inciso II desse artigo deverá observar a Lei Federal nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento.

**§2º.** As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e em conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo CMAS.

**Art. 94.** O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

**Art. 95.** Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

**Parágrafo único.** A contabilidade será responsável pela visibilidade da situação financeira, patrimonial e orçamentária do FMAS, conforme legislação pertinente, ao permitir controle prévio, concomitante e subsequente, informando apropriações, apurando custos de serviços, interpretando e avaliando com os instrumentos de sua competência, os resultados obtidos.

**Art. 96.** A contabilidade do FMAS será feita por profissional habilitado, emitindo relatórios mensais de gestão dos custos dos serviços, assim como balancetes.

**Art. 97.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. Revogam-se todas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.196/2017.

Diamantino 20 de maio de 2024.

**Manoel Loureiro Neto**

Prefeito Municipal

## LEI ORDINÁRIA Nº 1.602/2024, 20 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a divulgação de informações relativas ao contrato de locação de imóveis locados pela Administração Pública no município de Diamantino - MT.

**A Câmara Municipal de Diamantino**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Todos os imóveis locados pela Administração Pública, direta e indireta do Município de Diamantino, deverão conter placas informativas com todos os dados referentes ao contrato de locação, por todo tempo de sua duração, em local visível, estas placas devem conter, obrigatoriamente:

**I** – Data da locação;

**II** – Valor da locação;

**III** – Tempo de duração do contrato de locação;

**IV** – Nome do proprietário do imóvel locado.

**Art. 2º.** Fica estabelecido assim, se entender necessário o Poder Executivo poderá regulamentar no prazo de 30 (trinta) dias para a regulamentação desta Lei, contados a partir de sua publicação.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor após a sua publicação.

Diamantino 20 de maio de 2024.

**Manoel Loureiro Neto**

Prefeito Municipal

## COMUNICADO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

COMUNICADO

**A Secretaria Municipal de Educação de Diamantino vem por meio deste fazer o convite aos candidatos convocados através da publicação no D.O.M em 17/05/2024, DECRETO Nº 062/2024, a se apresentarem no auditório da Sede Administrativa da Secretaria Municipal de Educação, para atribuição das vagas conforme ordem de classificação, de acordo com o cronograma abaixo:**

**CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL DIA 27/05 HORÁRIO: 17:30 HORAS**